

**COLÔMBIA**

**Brasil rejeita  
operação militar  
multinacional**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo brasileiro considera "inaceitável" a idéia de uma operação multinacional de caráter militar na Amazônia brasileira, afirmou ontem o contra-almirante Hélcio Blacker Espezzel, sub-chefe de Inteligência do Estado Maior de Defesa, órgão ligado ao Ministério da Defesa.

Espezzel falou em nome do governo sobre o Plano Colômbia de combate ao narcotráfico, durante uma audiência pública da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Para ele, a cooperação entre o Brasil e outros países "sempre deverá obedecer a premissas básicas", sendo uma das principais a de que "as forças de segurança e repressão de cada país devem operar dentro de seus respectivos territórios".

O serviço de inteligência do Estado Maior de Defesa considera plausível a possibilidade de grupos guerrilheiros violarem a linha de fronteira e entrarem em território brasileiro.

Nessa hipótese, afirmou o contra-almirante, qualquer espécie de invasão do país deverá ser rechaçada pelas Forças Armadas brasileiras.

Um contingente maior que o rotineiro de militares, somados a policiais federais, está guardando os mais de 1.600 km de fronteira com a Colômbia.

O serviço de inteligência do Estado Maior da Defesa prevê que haja uma imigração clandestina e desordenada para o Brasil na faixa de fronteira com o chamado Plano Colômbia, que pretende acabar com o cultivo ilegal de cocaína no país.

Acredita também que haverá confrontos com a população indígena, em tentativas de arregimentação para atividades ilícitas e por violação de suas áreas.

O plantio de coca e o processamento da pasta que dá origem à cocaína podem passar a ser produzidos no Brasil por causa do cerco à Colômbia, avalia Espezzel. Além disso, poderá haver "maior pressão externa", para que o Brasil entre no conflito do país vizinho.

**Oficiais-generais**

Todos os 155 oficiais-generais do Exército se reuniram ontem pela primeira vez em Brasília.

A reunião, a portas fechadas, aconteceu no Quartel General do Exército e contou com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso. Ele participou do encontro na condição de oficial general.

O Centro de Comunicação Social do Exército informou, por meio de nota oficial, que durante a reunião os militares discutiram assuntos de interesses administrativos e financeiros da Força Terrestre e também analisaram as conjunturas nacional e internacional.

Durante o encontro, os oficiais-generais também discutiram a questão salarial. No dia 10 de agosto, o governo nomeou uma comissão para analisar um possível reajuste salarial para os militares. A comissão tem até o dia 10 de dezembro para apresentar uma proposta.